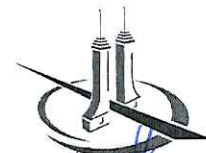




ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA  
PALÁCIO RIO BRANCO



CMU 001208-LEG 01/Dez/2021 12:42  
Projeto de Lei n.º 101/2021-Poder Executivo.

Projeto de Lei N.º 157 /2021.

**Dispõe sobre a contratação de Médicos e de Cirurgiões Bucomaxilofacial, por tempo determinado, para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público do município de Uruguaiana.**

**Art. 1º** Autoriza o Município a firmar, em caráter temporário, por prazo determinado, nos termos do inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal, contratos com Médicos e Cirurgiões Bucomaxilofacial, para atender necessidade de excepcional interesse público, relativamente aos serviços de saúde, prestados pela Secretaria Municipal de Saúde - SMS, sendo:

I – 56 Médicos de diversas especialidades, com carga horária de 10 horas semanais e vencimentos no valor de R\$ 4.012,53; e

II – 3 Cirurgiões Bucomaxilofacial, com carga horária de 10 horas semanais e vencimentos no valor de R\$ 4.012,53.

Parágrafo único. Na efetivação dos contratos o Município poderá valer-se do disposto no inciso XVI, alínea “c”, do artigo 37 da Constituição Federal.

**Art. 2º** Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público, para os fins do disposto nesta Lei, a ininterrupção dos serviços de saúde prestados pelo Município, garantindo o acesso ao direito fundamental à vida e à saúde, cujo atendimento é dever constitucional do Poder Público.

**Art. 3º** As contratações previstas nesta Lei efetuar-se-ão através de Processo Seletivo Simplificado, considerando-se:

I – período de inscrições de 10 (dez) dias, mediante a apresentação dos documentos constantes do Edital próprio de Seleção;

II – critério de seleção pela pontuação de títulos e experiência profissional e critério de desempate por maior idade.

Parágrafo único. O edital de Processo Seletivo Simplificado para o preenchimento das vagas de que trata esta Lei deverá ser publicado, no mínimo, no órgão de imprensa contratado pelo Município e disponibilizado no site oficial da Prefeitura Municipal de Uruguaiana.

**Art. 4º** Para fins de viabilização da seleção e classificação dos candidatos o Município constituirá Comissão Especial, podendo, ainda, recorrer à contratação de entidades ou instituições com reconhecida experiência no assunto.

Parágrafo único. A Comissão Especial, a ser nomeada por ato do Prefeito Municipal, será composta com a seguinte representatividade:

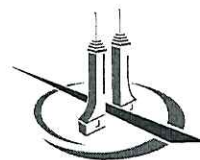
I – três (3) representantes da Secretaria Municipal de Saúde; e

II – dois (2) representantes da Secretaria Municipal de Administração.

9



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA  
PALÁCIO RIO BRANCO**



**Art. 5º** O demonstrativo das especialidades; a habilitação legal e requisitos à contratação e a descrição sintética das atribuições serão especificadas no Edital próprio do processo de seleção, acrescido da carga horária, vencimentos e número de vagas, conforme autorizado nesta Lei.

§ 1º A distribuição da carga horária, bem como a sua divulgação, é de exclusiva responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde.

§ 2º O controle da frequência, do pessoal contratado com base nesta Lei será, prioritariamente, através de ponto eletrônico.

**Art. 6º** As contratações de que trata esta Lei se darão por regime jurídico administrativo, pelo prazo de até 6 (seis) meses, prorrogáveis por iguais períodos, mediante expressa justificativa da Secretaria de origem, pelo prazo de, no máximo, 24 (vinte e quatro) meses.

§ 1º As contratações efetivar-se-ão mediante ato administrativo do Chefe do Poder Executivo, e, por se tratarem de contratos pelo regime excepcional temporário, não gera obrigação de recolhimento do FGTS.

§ 2º O contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á sem direito a indenizações:

- I – pelo término do prazo contratual;
- II – por iniciativa do contratado;
- III – por descumprimento das atribuições, inassiduidade ou ineficiência.

**Art. 7º** Além dos vencimentos, poderão ser pagas aos contratados nos termos deste Lei, as seguintes vantagens:

- I – adicional pelo exercício de atividades em condições insalubres ou perigosas;
- II – adicional pela prestação de serviço extraordinário; e
- III – adicional noturno.

Parágrafo único. O adicional de que trata o inciso I, observará os dispositivos dos artigos 99 a 104, da Lei Complementar n.º 18/2018 e do Decreto n.º 700, de 23 de julho de 2021.

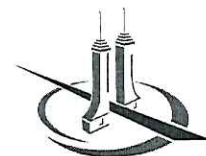
**Art. 8º** As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de: Recursos Próprios - vínculo 0040 - ASPS, Recursos Federais: PAB - vínculo 4500 e Teto Financeiro da Média e Alta Complexidade – vínculo 4501 e Recursos Estadual PIES – vínculo 4011 e Estratégia de Saúde da Família – vínculo 4090.

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Gabinete do Prefeito, em 22 de novembro de 2021.**

**Ronnie Peterson Colpo Mello,**  
Prefeito Municipal.





Handwritten signature in blue ink

### Justificativa

Encaminho à apreciação desse egrégio Poder Legislativo o incluso Projeto de Lei n.º 157 /2019 que **“Dispõe sobre a contratação de Médicos e de Cirurgiões Bucomaxilofacial, por tempo determinado, para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público do município de Uruguaiana”**.

Mai uma vez o Município busca autorização visando a contratação de até 56 Médicos e de 3 Cirurgiões Bucomaxilofacial, mediante novo Processo Seletivo Simplificado – PSS, mantendo-se o mesmo número de contratos anteriormente autorizados por essa Casa, nos termos da Lei n.ºs 5.100, de 12 de dezembro de 2019, que permitiu inicialmente à realização do PSS 80, aberto nos termos do Edital N.º ED 247, de 30 de dezembro de 2019, homologado conforme Edital N.º ED 030, de 13 de fevereiro de 2020; e, das vagas não preenchidas, neste primeiro momento, ou seja, de forma complementar, os Processos: PSS 84, aberto nos termos do Edital N.º ED 047, de 2020, homologado conforme Edital N.º ED 056, de 2020; PSS 86, aberto nos termos do Edital N.º 063, de 2020, homologado conforme Edital N.º ED 067, de 2020; PSS 92, aberto nos termos do Edital N.º ED 038, de 2021, homologado conforme Edital N.º ED 054, de 2021; PSS 105, aberto nos termos do Edital N.º ED 184, de 2021, homologado conforme Edital N.º ED 225, de 2021; e, em andamento, o PSS 107, agora em andamento, com previsão de término das contratações assim que concluído os seis primeiros meses de contrato.

No resumo, acima apresentado, comprova-se que a Administração Municipal sempre buscou o necessário e indispensável preenchimento das vagas autorizadas pelo Poder Legislativo, de acordo com a supracitada Lei n.º 5.100, de 2019, objetivando atender a demanda relativamente aos serviços de saúde, prestados pela Secretaria Municipal de Saúde - SMS, como forma de garantir o direito de todo os cidadãos à vida e à saúde, e dever constitucional do Poder Público com ações e serviços à sua promoção e recuperação.

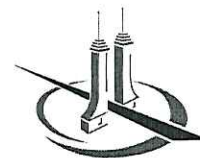
Ratifico que os sucessivos processos seletivos demonstram a persistência do Município para dar continuidade nos atendimentos dos serviços da área da saúde à população, mesmo diante de situações adversas ou momentâneas, impostas pela indisponibilidade de profissionais de algumas especialidades médicas no Município.

As contratações, mediante processo seletivo, mantêm-se sob regime jurídico administrativo, regidas por edital próprio, observando exigências e requisitos para o exercício das funções; carga horária semanal; valor dos vencimentos e número de

Handwritten mark in blue ink



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA  
PALÁCIO RIO BRANCO**



vagas que serão disponibilizadas, levando em consideração o encerramento dos atuais contratos, ou seja, a partir do mês de fevereiro de 2022.

Cumpre, também, esclarecer que, por se tratarem de substituição a contratos anteriormente autorizados e preenchidos, não produzirão despesas adicionais, por já estarem contabilizadas na folha de pagamento de pessoal.

Por todo o exposto e confiante na compreensão de Vossa Excelência e demais pares solicito seja o projeto apreciado em regime de urgência, nos termos do artigo 82, da Lei Orgânica do Município, renovando protestos de distinta consideração e apreço.

**Atenciosamente,**

**Ronnie Peterson Colpo Mello,**  
Prefeito Municipal.